
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT)

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

CADERNO DE PROVAS – PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGOS:

ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B2)
ANALISTA EM C&T JÚNIOR I (B6)
ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B4)
ANALISTA EM C&T JÚNIOR I (C2)
ANALISTA EM C&T PLENO 2-I (D5)

Aplicação: 30/11/2008

ATENÇÃO!

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas, confira o seu nome e o código do seu cargo.

AGENDA (datas prováveis)

- I **2/12/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **3 e 4/12/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **30/12/2008** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **2 e 3/1/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **26/1/2009** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de documentos para a avaliação de títulos: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 15 do Edital n.º 1 - MCT, de 28/8/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **71 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito do Estado, do governo e da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 71** O Estado é composto de poderes; no Brasil, não há uma rígida e absoluta divisão de poderes e, sim, uma preponderância na realização das funções.
- 72** O objetivo do Estado é alcançar o bem-estar social e atender as necessidades da coletividade; para tanto, ele precisa expressar-se por meio de um grupo de pessoas, escolhido pelo povo.
- 73** O parlamentarismo é o sistema de governo no qual ocorre, predominantemente, uma colaboração entre os Poderes Executivo e Legislativo, em que o Poder Executivo é dividido em duas vertentes, uma de chefia de Estado, exercida pelo primeiro ministro e outra de chefia de governo, exercida pelo presidente em uma República ou pelo monarca em uma monarquia.
- 74** A administração pública em sentido formal consiste na própria atividade administrativa executada pelo Estado por meio de seus órgãos ou entidades.
- 75** Em uma concepção funcional, a administração pública abrange as seguintes atividades administrativas: fomento, polícia administrativa, serviço público e intervenção administrativa.

Acerca da organização administrativa da União e da administração direta e indireta, julgue os itens que se seguem.

- 76** Para o estabelecimento de uma empresa pública, é necessário ato do Poder Legislativo que editará lei específica de sua criação.
- 77** Caso o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) proponha a criação de uma empresa pública, esta poderá adotar qualquer forma de sociedade, civil ou comercial.
- 78** O órgão público é um centro de competência instituído, sendo elemento juridicamente personalizado, podendo ser de direito público e privado.
- 79** O MCT é um exemplo de órgão independente, estando diretamente vinculado à Presidência da República.
- 80** A Presidência da República e o Ministério Público podem ser classificados como órgãos autônomos no que tange a sua posição estatal.

No que se refere aos poderes administrativos, julgue os seguintes itens.

- 81** O agente público, no uso do poder discricionário, poderá agir com arbitrariedade.
- 82** O agente público, no uso do poder discricionário, realizará uma apreciação subjetiva dos atos administrativos, no que tange à oportunidade e à conveniência da prática desse ato.
- 83** A correção dos erros administrativos pela ação revisora do superior, o ordenamento das atividades administrativas e a coordenação das funções para que haja funcionamento harmônico são objetivos do poder hierárquico.
- 84** O decreto regulamentar é o instrumento utilizado pelos diversos agentes públicos dos três poderes com objetivo de explicitar a lei, visando à sua correta execução.
- 85** Poder disciplinar é aquele exercido pelos órgãos de fiscalização da administração pública, especialmente no que diz respeito à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público.
- 86** A remoção de servidor como meio de vingança caracteriza abuso de poder em razão do desvio de finalidade.

Julgue os itens de **87 a 101**, acerca do serviço público.

- 87** Em atenção ao princípio da permanência, não poderá ser suspensa a prestação do serviço público.
- 88** É vedado à administração pública subsidiar o custo do serviço público em atenção ao princípio da generalidade.
- 89** De acordo com o princípio da modicidade, o preço do serviço público deverá ser módico, isto é, justo e adequado às possibilidades do usuário, sem ser deficitário.
- 90** Além do atendimento da demanda solicitada pelo cidadão, a forma como ela será realizada é uma preocupação dos princípios norteadores da prestação do serviço público, contemplado no princípio da cortesia, que preconiza o dever da administração pública de oferecer um bom tratamento, pautado na urbanidade, aos usuários dos serviços públicos.
- 91** São exemplos clássicos de serviços públicos classificados como sociais: a Imprensa Nacional e o serviço de transporte do MCT.
- 92** São exemplos de serviços públicos classificados como impróprios: transporte, energia e telefonia.
- 93** No que tange ao destinatário do serviço público, a telefonia pode ser classificada como serviço público *uti universi* ou coletivo.
- 94** A partilha de um órgão público e, conseqüentemente, de suas atribuições, em dois ou mais, caracteriza a descentralização.

- 95** A descentralização pode dar-se pela outorga legal ou pela delegação negocial. Na outorga, o Estado cria, por meio de uma lei, uma pessoa jurídica para exercer o serviço descentralizado, como é o caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; na delegação, o Estado descentraliza, por meio de um negócio jurídico, como ocorre, por exemplo, no transporte coletivo de ônibus.
- 96** A concessão do serviço público é um contrato administrativo por força do qual o poder público, chamado concedente, transfere a pessoa privada, chamada concessionária, a titularidade de um serviço público mediante remuneração, denominada taxa, fixada pelo poder público e paga diretamente pelo usuário do serviço.
- 97** Seria viável a realização de uma parceria público-privada que tivesse como objeto o fornecimento de mão-de-obra no valor de R\$ 25.000.000,00 por um período de, no máximo, 4 anos.
- 98** Os serviços de táxi e a feira livre são exemplos de serviços públicos dependentes de permissão pública.
- 99** A concessão pública poderá ser fornecida apenas a pessoa jurídica e por prazo determinado.
- 100** As formas permitidas de licitação para concessão pública são tomada de preços e concorrência.
- 101** A unilateralidade e precariedade são características da concessão pública.

A respeito da administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- 102** Uma das marcantes diferenças da gestão pública em relação à gestão privada é o princípio da legalidade que vincula o gestor público, pois, enquanto ao gestor privado é permitido fazer tudo o que não lhe for proibido em lei, ao gestor público é permitido fazer apenas aquilo que estiver previsto em lei.
- 103** O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA) tem como uma de suas ações estratégicas o Prêmio Nacional da Gestão Pública e, atualmente, possui oito critérios de avaliação, à semelhança da Fundação Nacional da Qualidade.
- 104** O modelo de excelência em gestão pública adota, na dimensão de resultados organizacionais, a avaliação dos fatores relevância, tendência e nível atual.
- 105** Ações como a do Movimento Brasil Competitivo buscam fomentar, no âmbito do governo, a qualidade e a produtividade nas organizações públicas.
- 106** Quando atua fora de um dos setores de Estado que não sejam os do núcleo estratégico ou das atividades exclusivas, o gestor público não estará dotado do poder de império que o coloca em posição de superioridade em relação ao particular e aos demais competidores inseridos no mercado.
- 107** Apesar das muitas semelhanças, o modelo de administração pública gerencial não se confunde com o modelo adotado na administração privada.
- 108** Os pressupostos gerenciais de eficiência e eficácia que podem ser utilizados para aferir a gestão pública são os mesmos que os usados pela gestão privada.
- 109** Atualmente, o modelo vivenciado pelo Estado brasileiro é o modelo racional-legal.
- 110** Ao longo do processo evolutivo dos modelos de administração pública, buscou-se abandonar o papel de regulação do Estado, fortalecendo-se, desse modo, a governança.

Com relação aos registros e demonstrativos da Contabilidade Pública, julgue os itens a seguir.

- 111** De acordo com o plano de contas da União, quando existe um fato que envolve o orçamento mas não afeta o patrimônio líquido, esse fato é registrado nos grupos de Resultado Diminutivo ou Resultado Aumentativo. Como exemplo, pode-se citar a depreciação.
- 112** O almoxarifado compreende não apenas os materiais de consumo, como também os materiais permanentes, que aguardam o devido cadastramento patrimonial para serem colocados em utilização.
- 113** Classificam-se como bens móveis os adquiridos mediante dispêndio de recursos, diferentemente dos bens incorporados mediante doação ou permuta. A duração dos bens móveis ultrapassa o exercício financeiro da aquisição.
- 114** A receita orçamentária constante do balanço financeiro corresponde às receitas que compõem o balanço orçamentário e à receita orçamentária resultante da execução orçamentária na demonstração das variações patrimoniais.

Considere que um ente público, ao final do exercício financeiro, apresente os seguintes dados em milhões de reais. Passivo financeiro: 125; *superavit* financeiro: 25; passivo real: 400; passivo real descoberto: 30. Com base nesses dados, julgue os próximos itens.

- 115** O total do ativo permanente é de R\$ 220 milhões.
- 116** Supondo-se que o resultado patrimonial tenha apresentado um *deficit* de R\$ 40 milhões, pode-se concluir que, no exercício anterior, o passivo real descoberto era de R\$ 10 milhões.

Com fundamento nos princípios, normas e procedimentos aplicáveis à auditoria no setor público, julgue os itens que se seguem.

- 117** Quando os auditores do Sistema de Controle Interno não obtiverem elementos comprobatórios suficientes e adequados para emitir uma opinião sobre a exatidão e regularidade das contas de um órgão ou entidade da Administração, deverão manifestar-se mediante um certificado com abstenção de opinião, cabendo, então, ao TCU a apreciação e o julgamento do dirigente ou responsável.
- 118** Para efeito da fiscalização realizada pelo TCU, os documentos comprobatórios do recebimento de receita e da execução de despesa deverão estar disponíveis para consulta até, no máximo, cinco anos, contados do julgamento das respectivas contas.
- 119** Entre as finalidades dos papéis de trabalho referentes à execução da auditoria, mencionam-se permitir aos superiores julgar a consistência das conclusões apresentadas e considerar a possibilidade de modificações nos procedimentos adotados.
- 120** Um dos atributos de qualidade de um relatório de auditoria é o seu caráter conclusivo, de modo a possibilitar a formação de opinião resultante das atividades realizadas durante os trabalhos de auditoria.

